

# A dinamização dos assentamentos rurais para o desenvolvimento econômico do Noroeste de Minas Gerais

*The dynamization of the rural settlements to the economic development of the Northwest of Minas Gerais state*

Diego Neves de Sousa<sup>1</sup>  
José Ambrósio Ferreira Neto<sup>2</sup>  
Poliana Oliveira Cardoso<sup>3</sup>  
Cleiton Silva Ferreira Milagres<sup>4</sup>

**RESUMO:** O artigo analisou os impactos do processo de criação de assentamentos rurais na dinâmica econômica da região Noroeste de Minas Gerais. Metodologicamente, foram selecionados oito municípios da região com dinâmicas distintas, entre as quais, número de assentamentos existentes, dinâmica demográfica local e processo de criação do município. Posteriormente, realizou-se a análise de dados secundários referentes à dinâmica da economia local e, finalmente, as entrevistas com informantes-chave. Assim, observou-se que mesmo municípios economicamente importantes como João Pinheiro, Paracatu e Unaí podem ser positivamente impactados pela criação de assentamentos rurais e que a população urbana avalia positivamente os projetos de assentamento rural, percebendo-os vetores do desenvolvimento econômico.

**ABSTRACT:** The paper analyzed the impacts of the creation process of rural settlements in the economic dynamics of the Northwest of Minas Gerais region. Methodologically, eight northwestern cities of the Minas Gerais state with distinct dynamics had been selected, amongst which, the number of existing rural settlements, local demographic dynamic and creation process of the city. Later, it was made the analysis of secondary data concerning local economic dynamics and, finally, the accomplishment of interviews with key informers. Thus, it was observed that even economically important cities as João Pinheiro, Paracatu and Unaí, can be positively impacted by the creation of rural settlements and that the urban population evaluates positively the projects of rural settlements perceiving them as vectors of the economic development.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos rurais. Desenvolvimento econômico. Noroeste mineiro.

**KEYWORDS:** Rural settlements. Economic development. Northwest of Minas Gerais state.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa como as configurações estruturais dos municípios podem ser positivamente alteradas pela realização da reforma agrária, sobretudo, levando-se em consideração a percepção da população urbana sobre os impactos no âmbito econômico decorrentes do processo de criação de projetos de assentamentos rurais na região Noroeste de Minas Gerais.

Diversos estudos têm discutido a eficiência da reforma agrária e a viabilidade econômica e social dos assentamentos rurais, bem como, nos últimos anos, as questões ambientais que envolvem a temática. No entanto, pouco ainda se sabe sobre a efetiva contribuição dos assentamentos na alteração da dinâmica socioeconômica dos municípios onde estão localizados. Por sua vez, os impactos efetivos do processo de criação dos assentamentos rurais ainda não foram efetivamente analisados, já que a maioria dos trabalhos se dedica ao processo de organização da luta pela terra ou, por outra perspectiva, da dinâmica organizativa da produção nos projetos de assentamentos.

É importante estudar os assentamentos rurais, articulando as transformações estruturais que envolvem a região onde se localizam, com elementos do processo de constituição dos projetos e das alterações vivenciadas na realidade socioeconômica dos municípios após a criação desses empreendimentos. A constituição de um projeto de assentamento implica um complexo processo de desenvolvimento local que articula alterações na dinâmica demográfica, formação de novos produtores e consumidores, organização social e produtiva, ampliação do volume de recursos financeiros de circulação local, entre outras questões. Enfim, um conjunto de elementos que contribuem efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico tanto no âmbito local quanto regional.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso. Para uma melhor representatividade da região, foram selecionados oito municípios, Figura 1, seguindo três critérios, sendo eles: número de assentamentos existentes (Arinos, Buritis, João Pinheiro, Paracatu e Unai<sup>5</sup>), dinâmica demográfica municipal (Bonfinópolis de Minas) e processo de criação do município (Brasilândia de Minas e Riachinho).

O trabalho de campo foi precedido de uma ampla análise de documentos fornecidos pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma

---

1 Gestor de Cooperativas, mestre em Extensão Rural, analista da Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas-To. Email: diego.sousa@embrapa.br

2 Sociólogo, professor do Departamento de Economia Rural (UFV). Email: ambrosio@ufv.br

3 Gestora de Cooperativas, mestranda em Extensão Rural (UFV). Email: policardoso\_27@hotmail.com

4 Gestor de Cooperativas, mestre em Extensão Rural. Email: cmilagres03@yahoo.com.br

5 Unai é o município mineiro com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas.

Agrária (SR06 e SR28)<sup>6</sup> para coleta de dados sobre a organização formal e de infraestrutura dos assentamentos, número de famílias beneficiárias, volume de recursos aplicados etc. Também foram coletados dados secundários no Atlas do Desenvolvimento Humano, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação João Pinheiro e Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, relativos à socioeconomia dos municípios investigados.

**FIGURA I - Municípios selecionados para a pesquisa de campo**



Na pesquisa de campo, foram feitas 74 entrevistas com informantes-chave nos oito municípios selecionados, como forma de compreender a percepção da população urbana sobre os impactos gerados pelos assentamentos rurais na dinâmica social e econômica local. Para a definição dos informantes, buscou-se identificar pessoas que tivessem maior contato com a realidade dos assentamentos, sendo definidos três grupos de informantes: ocupantes de cargos públicos, pessoas vinculadas a algum tipo de organização social e pessoas vinculadas ao comércio local.

### **3. A LUTA PELA TERRA NO NOROESTE DE MINAS GERAIS**

A partir da segunda metade da década de 80, o agravamento das consequências da modernização da agricultura, o esgotamento da política de crédito rural subsidiado e a conjuntura política de mobilização pela redemocratização do país possibilitaram um cenário político-social favorável para a retomada dos debates sobre a reforma agrária, mantido em estado latente desde o golpe de 64. Nesse contexto, na região Noroeste de Minas Gerais, destaca-se a participação da Igreja

6 A Superintendência Regional 28 - Entorno do Distrito Federal, tem jurisdição na região Noroeste de Minas sobre os municípios de Unaí, Cabeceira Grande, Formoso, Arinos e Buritis, e os demais municípios da região estão subordinados à Superintendência Regional 06, em Belo Horizonte

Católica, pela atuação das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base e a atuação da Fetaemg – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, no processo de criação de sindicatos, principal instrumento de organização e mobilização dos trabalhadores rurais na região. A atuação desses mediadores em busca de soluções para as contradições sociais, políticas e econômicas provocadas por uma estrutura fundiária altamente concentrada está na raiz do processo de organização dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária na região.

De acordo com Castro (*apud* FERREIRA NETO, 2001) a existência de uma estrutura fundiária altamente concentrada e as atuações da Igreja Católica e do movimento sindical foram elementos decisivos para a construção de um ambiente politicamente fértil para a mobilização no entorno da luta pela reforma agrária no Noroeste mineiro. Pode-se avaliar retrospectivamente que as desapropriações das fazendas Saco Grande/Palmeirinha, em Unaí, em 1984, e da fazenda Fruta D’Anta, em João Pinheiro, em 1986, dentro do 1o PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária, no período do governo Sarney, constituíram marcos referenciais e exemplos vivos dos resultados das lutas pela terra. Essas lutas tiveram no Noroeste dois fluxos de origem distintos, mas entrelaçados, e em muitas ocasiões, conflitantes, representados pelas ações sindicais de Unaí e João Pinheiro. Em Unaí, os relatos e depoimentos obtidos em campo situam o início das mobilizações populares no município, no final dos anos 70, com a chegada de representantes da Igreja Católica, ligados ao movimento da teologia da Libertação, e de agentes da CPT - Comissão Pastoral da Terra. Dos trabalhos de reflexão e conscientização das CEBs, evoluíram, como em inúmeros outros lugares do Brasil, atividades e organizações sociopolíticas, entre elas, a criação do STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Unaí, em 1981.

Os municípios de João Pinheiro, Unaí e Bonfinópolis de Minas ilustram bem a forma como o perfil da estrutura fundiária da região, associado a um modelo de exploração econômica baseado tanto na utilização extensiva da terra, quanto na utilização intensiva do capital, ambos com baixas taxas de absorção de mão de obra, juntamente com a atuação dos movimentos sociais, foram decisivos na configuração da atual parte da região Noroeste em uma “mancha” de projetos de assentamento rural, expressando, portanto, um relativo sucesso das ações dos trabalhadores.

Em João Pinheiro, a mobilização da luta pela reforma agrária toma corpo a partir da atuação do STR local e da Fetaemg, que tinha o município como sede do polo regional do Noroeste. A atuação deste polo da Fetaemg possibilitou a construção da luta pela reforma agrária em um patamar que ultrapassava os limites das convencionais ações de resistência de posseiros, abrindo espaço para a organização de ocupações de áreas identificadas como improdutivas. Nesse contexto, ocorrem as mobilizações para a desapropriação da fazenda Fruta D’Anta, de propriedade de estrangeiros e improdutiva, resultando na desapropriação da área em 1986 e na criação de um PA – Projeto de Assentamento, composto por 220 famílias.

No município de Unai, a atuação desses mediadores foi decisiva para o fortalecimento da resistência dos antigos moradores da fazenda Saco Grande, até então, ameaçados de expulsão. Tal ameaça pode ser interpretada como uma contraofensiva dos proprietários, ante a ampliação da organização dos trabalhadores e a possibilidade de implementação de um programa de reforma agrária como propunha o PNRA, então posto em debate. O conflito da fazenda Saco Grande originou o PA Palmeirinha, beneficiando 183 famílias. A área foi desapropriada pelo Incra no ano de 1984, e o assentamento, criado em 1986. Ainda em Unai, outras áreas foram desapropriadas em função de conflitos entre os moradores e latifundiários, como a área do PA Bálamo, desapropriada também em 1986, e os PAs São Pedro Cipó e Barreirinho, cujos decretos de desapropriação datam de 1988.

As lutas que se seguiram na região, em especial nos municípios de Presidente Olegário, Bonfinópolis de Minas, Arinos, Riachinho, foram impulsionadas pelo êxito desses primeiros processos, contando sempre com uma articulação entre mediadores ligados à Igreja Católica e à Fetaemg.

Contudo, a ação dos mediadores na organização dos trabalhadores rurais na região Noroeste não se restringiu somente ao movimento sindical e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–MST que desde o final da década de 80 também já tinha uma importante participação nesse processo. Na verdade, as primeiras referências na organização dessa luta pela terra partiram de uma aproximação entre o STR e o MST, que já havia montado algumas bases na região do Triângulo Mineiro e desejava instalar-se na região Noroeste.

Em Unai, o MST teve uma grande participação na mobilização dos trabalhadores rurais não apenas do município, mas também de boa parte do extremo Noroeste do Estado de Minas Gerais, particularmente nos municípios de Arinos, Buritis e Formoso. A ocupação e o acampamento na fazenda Palmital/Barriguda, no município de Unai, serviram como instrumento para a capacitação de novas lideranças e para a ampliação das ocupações na região. Esse acampamento foi, assim, uma oportunidade para a reunião dos trabalhadores para a discussão de questões e estratégias relacionadas com a luta pela reforma agrária, chegando a contar, em certos momentos, com cerca de 600 famílias provenientes de diversos municípios da região. Como reflexo direto desse acampamento, houve, em 1995, a ocupação da fazenda Barriguda, no município de Buritis. O fato de a fazenda ocupada situar-se nas proximidades de uma propriedade do então presidente Fernando Henrique Cardoso deu projeção nacional para o movimento, bem como auxiliou na definição do Incra pela implementação de um projeto de assentamento na área. Contudo, o proprietário da área recorreu à justiça impedindo que o Incra desse continuidade aos trâmites legais para constituição do assentamento, iniciando um processo judicial que se arrastou por muitos anos.

Em vários outros municípios da região como Natalândia, Pintópolis, Riachinho, Urucuia etc., o processo de gestação dos conflitos fundiários articulou os mesmos elementos; grandes extensões de terra dedicadas à pecuária extensiva

ou simplesmente mantidas como reserva de valor, presença de um contingente de posseiros e colonos nessas áreas, grande contingente de trabalhadores excluídos do mercado justificado pela intensificação da modernização da agricultura em determinados setores, o que ampliou o contingente de trabalhadores sazonais na periferia dos centros urbanos e na atuação dos movimentos sociais.

Portanto, o processo de consolidação da luta pela terra nesta região reflete um modelo de desenvolvimento econômico fundamentado na concentração fundiária, no desenvolvimento de atividades produtivas com baixo nível de absorção de mão de obra, ampliando o contingente de desempregados no campo, constituindo o palco para a atuação da Igreja Católica, do MST e do MSTR no sentido de auxiliar os trabalhadores a superar, com a conquista da terra, as contradições desse modelo de desenvolvimento.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O processo de luta pela terra supracitado está diretamente associado ao desenvolvimento socioeconômico da região Noroeste de Minas Gerais, em que pese o fato de ser considerado palco privilegiado do agronegócio no país. Dessa forma, entende-se que os assentamentos rurais têm um impacto positivo muito grande na transformação da realidade socioeconômica dos municípios onde estão localizados, seja pelos impactos específicos do processo de democratização da estrutura fundiária, seja pelo efeito dinamizador da economia local provocado pelos recursos aplicados pelo poder público nessas áreas.

O Quadro 1 apresenta o número de famílias assentadas e o volume de receitas arrecadadas nos municípios analisados para o ano de 2006. É importante observar que mesmo em municípios economicamente importantes como João Pinheiro, Paracatu e Unaí, considerados grandes expressões do agronegócio nacional e também com uma forte economia no setor de industrial e de serviços, o volume de recursos aplicados ao longo do processo de implementação dos assentamentos rurais é bastante expressivo em relação ao total de receitas arrecadadas nesses municípios para o referido ano.

No caso de Unaí, o grande número de famílias assentadas tem impacto direto no volume de recursos públicos aplicados no município. Em municípios menores, com uma economia mais estagnada e dependente dos repasses do poder público, caso de Arinos, Brasilândia de Minas e Riachinho, esse impacto é ainda maior.

A importância do volume de recursos dedicado ao processo de criação dos assentamentos rurais pode ser mais bem avaliada pela observação do Quadro 2 e da Figura 2, que mostram uma relação de proporcionalidade entre os Créditos da Reforma Agrária aplicados nos assentamentos e as principais receitas dos municípios na região Noroeste.

Como se pode observar, nos municípios menores o impacto dos recursos aplicados no processo de criação dos assentamentos rurais é muito grande, uma vez que supera várias vezes o volume total de receitas arrecadadas pelo município. Principalmente em municípios pequenos como Riachinho, o volume de recursos

**QUADRO I – Número de famílias assentadas e receitas municipais em relação aos municípios selecionados**

<b>Muni- cípios</b>	<b>Fam.</b>	<b>CRA - Crédi- tos da Refor- ma Agrária<sup>7</sup></b>	<b>FPM - Fundo de Partici- pação dos Municípios</b>	<b>Outras Receitas<sup>8</sup></b>	<b>Total Geral de Receitas</b>
Arinos	676	R\$ 16.224.000,00	R\$ 6.265.574,73	R\$ 2.698.529,68	R\$ 8.964.104,41
Bonfi- nópolis de Minas	75	R\$ 1.800.000,00	R\$ 3.550.685,43	R\$ 2.814.420,02	R\$ 6.365.105,45
Brasi- lândia de Minas	195	R\$ 4.680.000,00	R\$ 4.177.049,80	R\$ 2.410.169,51	R\$ 6.587.219,31
Buritiz	343	R\$ 8.232.000,00	R\$ 6.265.574,73	R\$ 6.787.975,63	R\$ 13.053.550,36
João Pinhei- ro	586	R\$ 14.064.000,00	R\$ 9.266.975,49	R\$ 9.303.730,83	R\$ 18.570.706,32
Para- catu	670	R\$ 16.080.000,00	R\$ 14.616.747,74	R\$ 25.188.269,25	R\$ 39.805.016,99
Riachi- nho	566	R\$ 13.584.000,00	R\$ 3.132.787,30	R\$ 1.192.371,30	R\$ 4.325.158,60
Unaí	1610	R\$ 38.640.000,00	R\$ 13.209.748,20	R\$ 24.690.009,77	R\$ 37.899.757,97

Fonte: Elaborado a partir de dados do Incra SR06 e SR28 e Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

aplicados nos assentamentos rurais lá existentes equivale a 4,34 vezes o volume total de receitas que a municipalidade arrecadou em 2006, ou a 11,39 vezes o volume de recursos obtidos com o FPM – Fundo de Participação dos Municípios, que, via de regra, tem sido a principal fonte de renda da maioria dos municípios mineiros.

Quando se observa a relação entre os créditos da Reforma Agrária

7 Créditos da Reforma Agrária (CRA): Crédito Investimento R\$17.000,00, Crédito Habitação R\$7.500,00, Crédito Apoio Emergencial R\$2.500, em 2006.

8 Outras Receitas: ITR, ISS, IPTU e ICMS.

e o volume de ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, a importância dos recursos provenientes dos assentamentos rurais para a dinâmica econômica local e regional é ainda maior. Como o ICMS é o principal imposto gerado diretamente no município, fruto da dinâmica e das transações comerciais lá realizadas, apesar de ser de arrecadação estadual, é o imposto que melhor retrata a vitalidade da economia dos municípios.

Nesse caso, os recursos dos créditos da reforma agrária, à medida que são aplicados diretamente no comércio local, em casas de material de construção, casas de produtos agroveterinários, postos de gasolina etc., contribuem tanto para uma maior circulação de recursos, dinamizando a economia, quanto, ao final da cadeia, ampliam a arrecadação de ICMS e de outros impostos locais, impactando positivamente o valor do FPM repassado aos municípios.

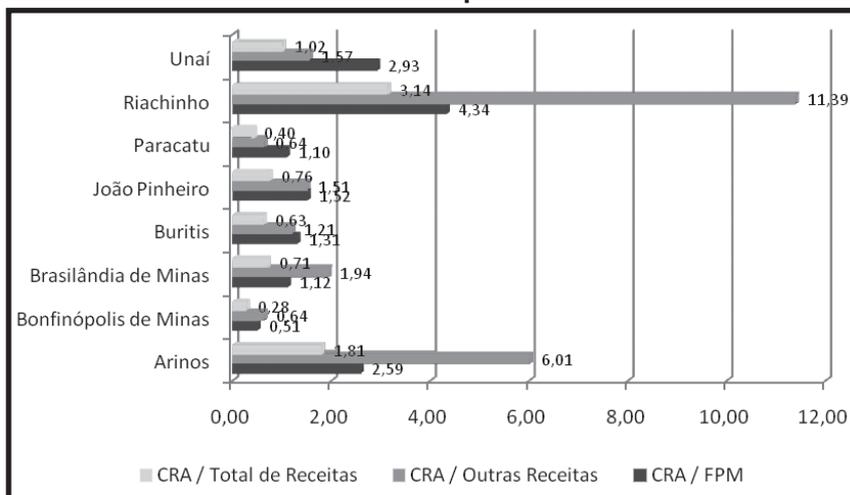
**QUADRO 2 – Proporção das receitas municipais em relação ao volume de recursos aplicados no processo de criação dos assentamentos rurais em relação aos municípios selecionados**

<b>Municípios</b>	<b>CRA /FPM</b>	<b>CRA/Outras Receitas</b>	<b>CRA/Total de Receitas</b>
Arinos	2,59	6,01	1,81
Bonfinópolis de Minas	0,51	0,64	0,28
Brasilândia de Minas	1,12	1,94	0,71
Buritiz	1,31	1,21	0,63
João Pinheiro	1,52	1,51	0,76
Paracatu	1,10	0,64	0,40
Riachinho	4,34	11,39	3,14
Unaí	2,93	1,57	1,02

Fonte: Elaborado a partir de dados do INCRA SR06 e SR28 e Secretaria de Estado da Fazenda de MG.

Apesar das críticas com relação à forma como os projetos vêm sendo implantados, denotando certa falta de planejamento e organização por parte do poder público, em especial o Incra, os assentamentos rurais são percebidos pela população urbana como extremamente relevantes para o desenvolvimento dos municípios e da região Noroeste como um todo. Essa importância se explicita pelo aumento da oferta de produtos como milho, arroz, verduras, frutas, farinha de mandioca, frangos, carne de boi e carne de porco, que, em alguns casos, são produzidos no município quase que exclusivamente pelos assentamentos. Tal perspectiva é importante não apenas pelo seu aspecto prático, que é a oferta de produtos no mercado local, mas

**FIGURA 2 - Proporção entre os Créditos de Reforma Agrária e as Receitas dos municípios analisados**



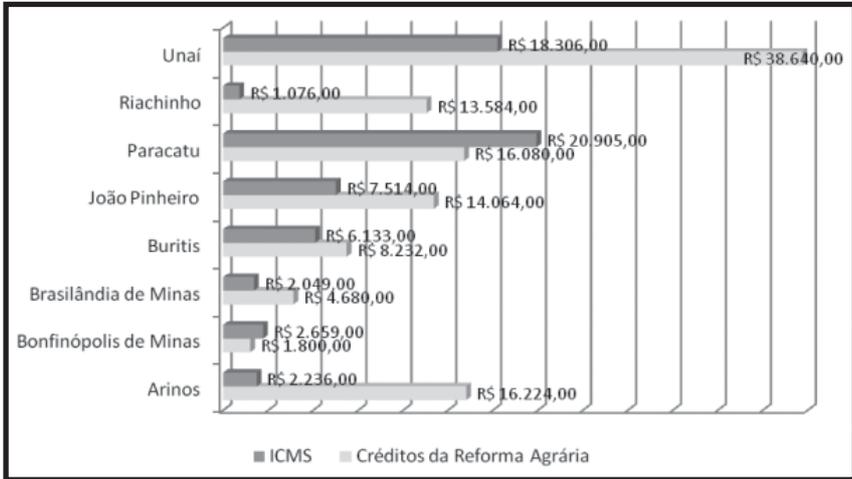
Fonte: Elaborado a partir de dados do Incra SR06 e SR28 e Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

também por evidenciar a percepção de que as famílias nos assentamentos rurais conseguiram ultrapassar a condição de produção de valores de uso, destinados exclusivamente ao autoconsumo, para se transformarem, de modo efetivo, em produtores de valores de troca, isto é, produtores de excedentes comercializáveis.

Por outro lado, os entrevistados, em todos os municípios pesquisados, afirmaram também a importância dos assentamentos como instrumentos geradores de demanda no comércio local. Dessa forma, percebe-se a importância da reforma agrária e dos assentamentos rurais na formação não apenas de novos produtores agrícolas, mas também de novos consumidores. A condição de assentado da reforma agrária possibilita ao trabalhador superar a condição de mero vendedor de força de trabalho, assumindo o papel de produtor e de vendedor de produtos, alimentos basicamente e, como complemento, de consumidor de insumos de uma ampla diversidade de produtos em virtude de seu acesso a um maior volume de renda monetária.

Os entrevistados enfocaram a importância dos assentamentos rurais no fortalecimento do comércio local, em especial as casas de materiais de construção, principais beneficiárias da utilização do Crédito Habitação, e as casas de produtos agroveterinários para onde os assentados destinam grande parte do Crédito Investimento e do Pronaf A. Tal importância, nesse contexto, é inversamente proporcional ao tamanho e à heterogeneidade da estrutura econômica dos municípios. Ou seja, em municípios menores como Riachinho, Bonfinópolis de Minas e Arinos, a importância dos assentamentos

**FIGURA 3 - Créditos da reforma agrária e ICMS nos municípios analisados**



Fonte: Elaborado a partir de dados do Incra SR06 e SR28 e Secretaria de Estado da Fazenda de MG.

é proporcionalmente maior do que em Paracatu, João Pinheiro ou Unaí, que possuem uma economia mais diversificada e mais dinâmica. Por outro lado, percebe-se que também nesses municípios mais desenvolvidos e dinâmicos economicamente os assentamentos rurais e os recursos a eles associados têm impacto efetivo, como é o caso de Unaí, principal município da região, onde os créditos da reforma agrária superam as receitas provenientes do FMP e do ICMS. Numa perspectiva complementar à importância atribuída aos créditos concedidos pelo governo federal aos assentamentos, como sendo importantes para a economia dos municípios e da região, alguns entrevistados ressaltaram que são esses projetos que dão visibilidade política e social aos municípios.

Por outro lado, os entrevistados vinculados ao poder público municipal, apesar de reconhecerem a importância dos assentamentos para o desenvolvimento econômico dos municípios, argumentam que os projetos também geram demandas de serviços públicos, principalmente em escolas e saúde, que, muitas vezes, não são suficientes para atender em prazos mais curtos, o que provoca descontentamento por parte dos assentados. Além disso, essa maior demanda por serviços públicos no setor urbano, quando provocada por uma população que não é originária do município, caso dos assentamentos que recebem pessoas de outras regiões, provoca também descontentamento dos residentes locais que sentem uma ineficiência nos serviços que demandam.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que os assentamentos rurais cumprem um papel relevante

na dinamização da economia dos municípios onde estão localizados. Mostrou também que esse impacto positivo não está limitado aos municípios pequenos e com economia estagnada, sendo percebido também nos municípios maiores e com um setor econômico mais dinâmico e diversificado, caso dos municípios de João Pinheiro, Paracatu e Unai.

Na verdade, a dimensão dos impactos na economia local será determinada principalmente pela quantidade de assentamentos e de famílias assentadas existentes nos municípios. Ou melhor, o número de famílias assentadas condiciona o volume de crédito a ser aplicado em cada município bem como o volume de demanda de produtos e serviços que vai ser gerado no comércio local.

Outro ponto ressaltado pela pesquisa se refere ao fato de em alguns municípios analisados os assentamentos rurais serem a única ou a principal alternativa de trabalho e de garantia de reprodução social para os trabalhadores rurais. A dinâmica econômica da agricultura regional é importante economicamente pela sua grande capacidade produtiva e de geração de divisas, inclusive pela exportação de grãos, que é marcada pela constrição do processo de modernização capitalista da agricultura. Nesse sentido, a agricultura regional, apesar da alta capacidade produtiva e dinamismo econômico, dadas as suas características intensivas e mecanizadas, é incapaz de gerar postos de trabalho, produzindo um processo perverso em que a concentração de terra possibilita a concentração de renda, sendo atenuado apenas pelos assentamentos da reforma agrária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS do Desenvolvimento Humano e Condições de vida. *Indicadores Brasileiros*. PNUD/IPEA/FJP, 1998.
- FERREIRA NETO, J. A. Região Noroeste planejamento público e mudança social. *Revista UFV Debate*. Viçosa, nº 15. 1993.
- \_\_\_\_\_. Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas – Entorno do Distrito Federal (MG e GO), Brasília: MDA/NEAD, *Relatório de Pesquisa*, 2001.
- FERREIRA NETO, J.A.; DOULA, S.M. *Assentamentos rurais e meio ambiente no Brasil: atores sociais, processos produtivos e legislação*. Viçosa: UFV, DER, 2006.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível: <[www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)>, acesso em maio de 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>, acesso em maio de 2008.
- LEITE, S; et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- MEDEIROS, L. S, LEITE, S. *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed Universidade / UFRGS/ CPDA, 1999.
- SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS. Disponível: <[www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br)>, acesso em fevereiro de 2007/2008.